



III Seminário sobre Ecotoxicologia

16, 17 e 18 de outubro de 2013
IFF - Campus Cabo Frio

ISSN: 2237-2907

MICROALGAS NOCIVAS PRODUTORAS DE FICOTOXINAS NO BRASIL

Luis Antonio de Oliveira Proença

Instituto Federal de Santa Catarina IFSC, Campus Itajaí, SC, Rua Tijucas, 55,
Centro Itajaí, SC. luis.proenca@ifsc.edu.br

Microalgas produtoras de toxinas representam um problema potencial de saúde pública, uma vez que podem causar danos ao homem diretamente ou por meio de acumulação na cadeia trófica de seus produtos tóxicos. Além do impacto a saúde, podem também causar danos a atividade humana ou ao ecossistema, por exemplo, por meio de mortandade massiva de larvas ou adultos de espécies de interesse econômicos ou ameaçadas de extinção. Entre milhares de espécies de microalgas, apenas algumas espécies produzem metabólitos secundários que tem ação tóxica a seres humanos ou outros organismos marinhos. Na costa brasileira já existem diversas espécies identificadas como produtoras de toxinas, entre outras, diatomáceas do gênero *Pseudonitzschia* e dinoflagelados, como *Dinophysis acuminata*, *Alexandrium tamarense* e *Gymnodinium catenatum*. Entre as toxinas produzidas já encontradas no litoral brasileiro estão o ácido domóico, ácido ocadáico, saxitoxina, azaspirácidos, yessotoxinas, pectenotoxinas entre outras. Recentemente, diversos dinoflagelados tem sido caracterizados como potencialmente nocivos, entre espécies dos gêneros *Ostreopsis*, *Gambierdiscus*, e *Prorocentrum*. A identificação das espécies produtoras de toxinas é um primeiro passo no sentido de avaliar os riscos potenciais de uma eventual floração. Um segundo passo é a identificação das rotas de intoxicação de seres humanos ou outros organismos. O maior problema ocorre na contaminação de frutos do mar, principalmente moluscos bivalves, com ficotoxinas. Os moluscos filtram ativamente as algas e bioacumulam toxinas que podem intoxicar consumidores. Esse fenômeno é bastante conhecido e tem causado danos a saúde pública e a economia em todas regiões do mundo. Em 2012 foram publicadas duas portarias dos Ministérios da Pesca e Aquicultura e Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento que tratam do assunto, estipulando níveis aceitáveis e métodos de análise de ficotoxinas em moluscos bivalves destinados ao consumo humano. Atualmente, o monitoramento de ficotoxinas em moluscos destinados ao consumo é o principal meio de proteção contra uma eventual intoxicação.